

## UM INVENTÁRIO PRELIMINAR DA MECÂNICA DA SALVAÇÃO: DA IGREJA ANTIGA À REFORMA PROTESTANTE.

Alessandra Carlos Costa Grangeiro<sup>25</sup>

Fábio de Sousa Neto<sup>26</sup>

Renan Araújo de Sousa<sup>27</sup>

Diessyka Fernanda Monteiro<sup>28</sup>

### RESUMO

O presente trabalho propõe construir seu objeto a partir da investigação do tema teológico da salvação. Para tanto foi considerada a tarefa teológica sob diversos contextos, tais como: a igreja antiga, a igreja na Idade Média, a Reforma Protestante. De todo modo, a problemática fundamental acerca do *loci* teológico da salvação diz respeito à discussão perene que permeia a história do cristianismo, sobretudo, entre concepções ditas, sinergistas e monergistas. Diante disso foi formulada a seguinte pergunta problema: ao inventariar a doutrina da salvação é possível reconhecer certo consenso? A hipótese sustentada não apenas se confirmou mas apresentou novas aberturas, ou seja, mesmo não havendo certo consenso sobre o tema da salvação, observam-se confluências que permitem uma identificação comum como cristãos, sobretudo, ao considerar a soteriologia arminiana como um monergismo condicional.

**Palavras-chave:** Doutrina da salvação. Sinergismo. Monergismo. Semipelagianismo. Monergismo condicional.

### ABSTRACT

The present work proposes to build its object from the investigation of the theological theme of salvation. Therefore, the theological task was considered in different contexts, such as: the ancient church, the church in the Middle Ages, the Protestant Reformation. In any case, the fundamental issue about the theological loci of salvation concerns the perennial discussion that permeates the history of Christianity, especially between so-called synergist and monergist conceptions. In view of this, the following problem question was formulated: when inventorying the doctrine of salvation, is it possible to recognize a certain consensus? The

---

<sup>25</sup> Professora na Universidade Estadual de Goiás, Brasil. Graduada em Letras e Teologia. É mestre e doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás. Diretora acadêmica e Coordenadora da FASSEB.

<sup>26</sup> Mestre em História (PUC/GO), pós-graduado em Teologia Sistemática, graduado em História (PUC/GO). Professor e coordenador da Pós-graduação da Faculdade Assembleiana do Brasil (FASSEB).

<sup>27</sup> Acadêmico de Teologia na Faculdade Assembleiana do Brasil (FASSEB).

<sup>28</sup> Graduada em Letras e Pedagogia; educadora com mestrado em Educação, Linguagem e Tecnologia; educadora nas áreas de Práticas Pedagógicas e Didática, Fundamentos e Metodologias do Português, Língua Portuguesa, Metodologia da Pesquisa universitária. E-mail: professoradiessyka@gmail.com.

sustained hypothesis was not only confirmed but presented new openings, that is, even though there is no certain consensus on the theme of salvation, confluences are observed that allow a common identification as Christians, especially when considering Arminian soteriology as a conditional monergism.

**Keywords:** Doctrine of salvation. Synergism. Monergism. Semi-Pelagianism. Conditional Monergism.

## RESUMEN

El presente trabajo se propone construir su objeto a partir de la indagación del tema teológico de la salvación. Por lo tanto, el quehacer teológico fue considerado en diferentes contextos, tales como: la iglesia antigua, la iglesia en la Edad Media, la Reforma protestante. En todo caso, la cuestión fundamental sobre los loci teológicos de la salvación concierne a la perenne discusión que atraviesa la historia del cristianismo, especialmente entre las llamadas concepciones sinergistas y monergistas. Ante ello, se formuló la siguiente pregunta problema: ¿al inventariar la doctrina de la salvación, es posible reconocer cierto consenso? La hipótesis sostenida no sólo fue confirmada sino que presentó nuevas aperturas. Es decir, si bien no existe un cierto consenso sobre el tema de la salvación, existen confluencias que permiten una identificación común como cristianos. Además, se evidenció que en el período postagustiniano, es decir, desde la antigüedad tardía hasta la Edad Media, se percibía tanto un giro hacia un monergismo radical como hacia una lectura semipelagiana. Se produjo una reanudación monergista en la premodernidad a través de una inclinación humanista ad fontes, en la revisión de las doctrinas de la gracia tal como las entendía el obispo de Hipona. Otro punto interesante se refiere al supuesto sinergismo arminiano, que, por cierto, no se discutió. Sin embargo, como se ha hecho evidente, siempre se han encontrado lecturas sinérgicas o más bien “monergísticas condicionales” en importantes puntos de vista teológicos a lo largo de la historia de la iglesia.

**Palabras clave:** Doctrina de la salvación. Sinergismo. Monergismo. Semipelagianismo. Monergismo condicional.

## INTRODUÇÃO

O estudo da soteriologia é de grande importância e se estabelece diante da afirmação e evidências bíblicas de que Deus tem um plano de salvação para o ser humano caído. Logo, a soteriologia diz respeito ao estudo acerca do tema da salvação do homem realizada por Jesus Cristo. Aliás, foi exatamente isso que foi registrado por Lucas quanto ao discurso de Pedro no Sinédrio: “Este Jesus é pedra rejeitada por vós, os construtores, a qual se tornou a pedra angular”. E continua: “E não há salvação em nenhum outro; porque abaixo do céu não existe nenhum outro nome, dado entre os homens, pelo qual importa que sejamos salvos” (ARA – At 4:11-12).

A justificativa para o desenvolvimento desse trabalho se dá justamente pela relevância do tema e a constatação de um problema perene na história do cristianismo: a ausência de consenso sobre alguns pontos relacionados à doutrina da salvação, sobretudo, as tensões entre as perspectivas monergista e sinergista evidenciadas em nossos próprios contextos. Essa também é uma inquietação particular dos autores.

Por isso mesmo, o trabalho intitulado “um inventário preliminar da mecânica da salvação: da igreja antiga à Reforma Protestante” pretende construir seu objeto a partir da teologia histórica, sistemática e da história da igreja. A investigação tangenciará as representações sobre o tema encontradas ao longo do tempo; da antiguidade à modernidade. Essa abordagem certamente diz respeito as principais leituras localizadas em nossos dias compreendendo o calvinismo, e a leitura arminiana-wesleyana sob o pentecostalismo clássico.

De todo modo, a problemática fundamental acerca do *loci* teológico da salvação diz respeito à discussão perene que permeia a história do cristianismo, sobretudo, entre concepções ditas, sinergistas e monergistas. Por isso mesmo ratifica-se a consciência de que não se encontrará neste trabalho respostas definitivas sobre a questão. Não se trata de definir o que é certo ou errado, senão aquilo que as evidências bíblicas e a tarefa teológica ventilam como possível.

De todo modo a problemática central será apresentada considerando a tarefa teológica empreendida em diversos contextos históricos e eclesiológicos

tais como; a igreja antiga, a igreja na Idade Média, e os contextos da reforma protestante. A leitura de João Calvino e da tradição reformada após o Sínodo de Dort, bem como, a recente produção do pentecostalismo deverá ser considerada em artigo separado, tendo em vista sua ligação com o arminianismo, algo que deverá ocupar maior espaço. Dito isso, a pergunta problema pode ser formulada da seguinte forma: ao inventariar a doutrina da salvação nos recortes observados é possível reconhecer algum consenso?

Para quem está familiarizado com o jogo discursivo que basicamente polarizou as representações sobre a mecânica da salvação entre arminianos e calvinistas, a pergunta parece óbvia. No entanto, pretende-se aqui dar um passo a mais na tentativa de superar a tensão apresentando uma hipótese provisória, qual seja: durante a longa história da Igreja e do pensamento teológico cristão as representações sobre a doutrina da salvação jamais assumiram um único paradigma, mesmo assim, é possível observar pontos coincidentes, ou seja, o principal ponto de intersecção é a origem da salvação: Deus. Outro ponto de intersecção diz respeito à realidade da queda do pecado original e, portanto, à depravação total. Sendo assim, para construir o objeto desta pesquisa elenca-se alcançar alguns objetivos, quais sejam: apresentar uma visão panorâmica da doutrina da salvação nos primeiros tempos da igreja, nos contextos da Idade Média e na Reforma Protestante.

A presente pesquisa é reconhecidamente bibliográfica, ou seja, o trabalho foi elaborado fundamentalmente por meio da exploração de textos já publicados, sobretudo na área de Teologia Sistemática e histórica, se apoiando também na historiografia da igreja. Para tanto, optou-se aqui pela abordagem qualitativa de pesquisa, informada essencialmente pela interpretação da bibliografia selecionada. O referencial teórico contou com as contribuições de McGrath (2005), Bavinck (2012), Daniel (2017), González (2004), Le Goff (2017), Febvre (2012). Além disso, autores antigos e clássicos foram revisitados, tais como; Clemente (2017), Crisóstomo (2014), e Calvino (2002).

Em relação à metodologia empregada, para garantir a realização da análise qualitativa, foram observados os seguintes procedimentos: 1) revisão geral da bibliografia; 2) adoção de uma palavra-chave ou categoria principal de análise: nesse caso, o conceito de salvação; 3) adoção de um esquema

comparativo de interpretação dos dados a partir das ênfases dadas nas tradições teológicas exploradas no trabalho. Esse procedimento metodológico reclama o raciocínio indutivo e a admissão explícita de um pressuposto básico (que aliás, orienta toda investigação), que no caso da presente pesquisa está assentado no princípio teológico cristão de revelação, admitindo as Escrituras como Palavra de Deus.

O primeiro tópico se intitula “Uma introdução à soteriologia: da igreja antiga à reforma protestante.”. Esse tópico abordará especificamente a doutrina da salvação no contexto da reforma protestante. Entretanto, considerou algumas digressões que lançam luz aos ensinamentos dos reformadores, sobretudo, de Calvino. Isso significou tangenciar o posicionamento dos pais da igreja, como também, de Agostinho de Hipona.

No tópico seguinte a reflexão se dará em torno de questões contextuais amplas que incidiram sobre o conhecido “Sínodo de Dort” que se tornou um marco histórico e teológico da tradição reformada holandesa e por extensão da fé reformada em todo o mundo. No terceiro tópico, a abordagem se dará em torno da soteriologia pentecostal clássica e majoritária. Nesse ponto a discussão tangenciará certos distanciamentos e aproximações, enfatizando muito mais os pontos comuns.

## 1 UMA INTRODUÇÃO À SOTERIOLOGIA: DA IGREJA ANTIGA À REFORMA PROTESTANTE.

*A Bíblia encerra a discussão quando junta as duas coisas numa única sentença admirável. A primeira metade diz: "Ponham em ação a salvação de vocês com temor e tremor" - o que dá a ideia de que tudo depende de nós e de nossas boas ações; mas a segunda metade complementa: "Pois é Deus que efetua em vocês tanto o querer quanto o realizar" - o que dá a ideia de que Deus faz tudo e nós, nada. Esse é o tipo de coisa com a qual nos defrontamos no cristianismo. Fico perplexo, mas não surpreso. Veja você, estamos tentando compreender e separar em compartimentos estanques o que Deus faz e o que o homem faz quando se põem a trabalhar juntos. É claro que a nossa concepção inicial desse trabalho é a de dois homens que atuam em conjunto, de quem poderíamos dizer: "Ele fez isto e eu, aquilo." Porém, essa maneira de pensar não se sustenta. Deus não é assim. Não está só fora de você, mas também dentro: mesmo que pudéssemos compreender quem*

*fez o quê, não creio que a linguagem humana pudesse expressá-lo de forma apropriada.*

C. S. Lewis.

O termo soteriologia é oriundo do idioma grego, derivado sobretudo, das palavras: “*soterion*, resgate, de *soter*, salvador, de *sozein*, salvar” e diz respeito à “doutrina da salvação realizada por Jesus Cristo” (SCHÜLER, 2002, 434). Segundo McGrath (2005) esse termo teológico ganhou espaço entre os teólogos como um substituto do conceito teológico aparentemente inadequado de “doutrina da expiação”. O autor pontua que a soteriologia abarca duas áreas da teologia: “primeiro, a questão sobre a forma como a salvação é possível e, em especial, como está relacionada à história de Jesus Cristo; segundo, a questão sobre como se deve entender a “salvação” em si” (MCGRATH, 2005, p. 470). É nessa segunda acepção que se pode falar conforme David Martyn Lloyd-Jones (1899–1981) em “mecânica da salvação” (LLOYD-JONES, p. 1994, p. 163).

Nos parágrafos seguintes será apresentado um inventário preliminar sobre como a soteriologia era concebida ao longo da história da igreja tomando como ponto de partida o contexto da antiga igreja passando pela Idade Média até o contexto da Reforma sob João Calvino. O objetivo é fornecer uma visão panorâmica básica para facilitar a compreensão do que virá nos capítulos seguintes com a construção simbólica e histórica do que se pode entender como as tradições calvinista e arminiana.

### **1.1 A salvação como movimento, necessidade e desejo.**

Há algo curioso na representação artística produzida sob o pano de fundo humanista do Renascimento. Diz-se com muita facilidade que os motivos mestres nas obras de autores como Michelangelo Buonarroti (1475–1564) eram empréstimos da cultura grega clássica. Certamente isso pode ser dito em relação à composição estética de suas esculturas e pinturas.

Um artigo publicado em um periódico médico em 1990 por Frank Lynn Meshberger (1947–2020) intitulado *An interpretation of Michelangelo's Creation of*

*Adam based on neuroanatomy*<sup>29</sup> trazia uma interpretação curiosa sobre a pintura de Michelangelo intitulada “A criação de Adão”. Segundo Meshberger (1990), se podia ver na representação de Deus o Pai envolto em um manto e acompanhado de um séquito angelical a representação clara de um cérebro humano com suas diversas composições. Desse modo, tais signos imagéticos seriam reflexos do ambiente inclinado à razão e que acabou inaugurando a revolução científica. Isso seria evidente na profunda preocupação com a anatomia.

Tudo isso poderia levar à conclusão que não há nada de cristianismo nessas representações artísticas do século XVI. Claro, se não fosse o fato de que o tema e o local onde o autor representou a cena da criação evocavam o ambiente religioso daqueles tempos. Difícil afirmar qualquer ateísmo naquele contexto ou mesmo em outros posteriores, como bem demonstrou Febvre (2009) em sua análise filológica da literatura de Rabelais.

O que nos interessa aqui são os recursos utilizados por Michelangelo para apresentar uma cena emblemática e uma das mais conhecidas da arte renascentista: a ideia de movimento. A tendência é focalizar os dedos de Deus o Pai e de Adão que quase se tocam. Mas, outras leituras interessantes se apresentam e isso tem a ver com teologia: é o Pai que se movimenta em direção a um Adão preguiçoso, contorcido e inerte. Por exemplo, sob a ótica da teologia tomista, tal leitura sobre a narrativa da criação poderia sugerir o argumento cosmológico, mas para os efeitos deste trabalho assume-se como metáfora para a origem da salvação: Deus.

Na leitura cristã de base ortodoxa a salvação é assumida primariamente em perspectiva teológica, jamais antropológica. Nesse sentido, a salvação é um movimento de Deus em direção ao homem preso às amarras do pecado, portanto, imóvel e impossibilitado de salvar a si mesmo. A expressão comum nos antigos escritores bíblicos era: “Espero, Senhor, na tua salvação” (ARA – Sl 119:166). Além disso, o profeta afirma sob a antiga aliança que “Ao Senhor pertence a salvação!” (ARA– Jn 2:9). O último livro do cânone do Novo Testamento encerra assegurando que: “[...] A salvação, e a glória, e o poder são do nosso Deus” (ARA - Ap 19:1).

---

<sup>29</sup>Artigo disponível em: <https://bit.ly/3N8Qfva>. Acesso em: 09/06/2022.

Foi nessa perspectiva que Herman Bavinck (1854–1921) certa vez afirmou que “a aplicação da obra de Cristo à salvação dos seus deve ser interpretada teologicamente, isto é, do ponto de vista de Deus” (BAVINCK, 2012, p. 491). Ele tinha razão. Há um desejo intenso no coração humano por salvação. Isso se reflete no amplo espectro da cultura, nas ideologias políticas e nas mais diversas religiões onde o ponto de partida é antropológico. Seus adeptos vivem tentando agradar as supostas divindades, aplacar suas iras ou atender suas demandas. A fé cristã apresenta um ensino sobre a salvação diferente: é Deus que faz tudo, é ele que se move em direção aos homens caídos, dizia o pensador holandês: “A salvação é exclusivamente um dom da graça” (BAVINCK, 2012, p. 491).

Além disso, não há apenas o desejo por salvação, mas, uma necessidade. Esse imperativo está relacionado à condição humana, ao estado de depravação total, sobretudo, à questão dos relacionamentos. Primeiro, diz respeito ao relacionamento com Deus que após a queda encontra-se quebrado, na sequência: “quando esse relacionamento não é correto, as outras dimensões da vida também são adversamente afetadas” (ERICKSON, 1997, p. 377). Dito isso, nas próximas linhas tentaremos entender, pelo menos em síntese, como o importante tema da salvação foi tratado pelos pensadores cristãos da igreja antiga à Idade Média.

## **1.2 A doutrina da salvação nos primeiros tempos da Igreja: sinergismo ou monergismo?**

Nos primeiros séculos da igreja, ou seja, no período pré-agostiniano a leitura soteriológica poderia ser apresentada anacronicamente como semipelagianista ou arminianista. Contudo, em razão do pejo conceitual do que veio a ser considerado o semipelagianismo, a mecânica da salvação nesse período pode ser apresentada como possuindo uma natureza “sinergista”. Melhor, como pontua o teólogo batista reformado Franklin Ferreira (2013, p. 75): “Os mestres orientais enfatizaram, então, uma sinergia divina, e os ocidentais uma sinergia humana”.

Essa é a conclusão de outro importante autor, pois não hesita em afirmar que: “o entendimento de todos os Pais da Igreja pré-Agostinho em relação à

mecânica da Salvação era o que posteriormente seria designado, exageradamente, no final do século 16, como sinergismo” (DANIEL, 2017, p. 17).

Antes de prosseguir, é preciso pontuar o significado dos conceitos de “sinergismo e monergismo”. Em relação ao primeiro, a ideia é de duas forças cooperando simultaneamente. Em relação ao segundo, uma força exclusiva, única. Assim, em teologia costuma-se enfatizar que a concepção monergista diz respeito ao “ensino de que a graça de Deus é a causa eficiente exclusiva da conversão” (SCHÜLER, 2002, p. 315), ao passo que a leitura sinergista sugere “que o homem pode cooperar com Deus em sua conversão” (SCHÜLER, 2002, p. 430).

Daniel (2017) define o sinergismo como um conjunto de ações ou esforços que tendem a buscar o mesmo fim, uma forma de unir as forças para alcançar um objetivo pré-estabelecido. Entretanto, o mesmo autor destaca que os pais da igreja no período pré-agostiniano, não defendiam a possibilidade de que o homem poderia corresponder com seu próprio instinto a um chamado à salvação sem Deus intervir. Os arminianos do século XVI afirmaram algo semelhante, uma vez que concebiam a salvação como uma obra absolutamente divina. Sendo assim, Deus mesmo providenciou ao homem o livre-arbítrio para que escolhesse e se apropriasse do dom divino da salvação. Nesse entendimento, toda a mecânica da salvação é movida pela graça:

Portanto o ser humano tem apenas uma pequena participação possibilitada por Deus e de caráter mais passivo do que ativo no processo inicial de sua salvação, mais passivo do que ativo porque o homem nessa fase inicial, só confia, aceita e se submete. E mesmo depois de salvo, quando precisará ser também ativo, “operando” a sua salvação com “temor e tremor” (Fp 2.12), isso só lhe será possível por causa da nova natureza de Cristo gerada em seu ser pelo Espírito Santo. (DANIEL, 2017 p. 18).

O autor registra ainda que mesmo Agostinho em seu período inicial estava em acordo com os demais pais latinos defendendo, portanto, uma graça preveniente. A mudança radical do doutor da graça teria relação com os debates acalorados com os pelagianos e donatistas, além das possíveis influências do neoplatonismo e certo resquício maniqueísta (DANIEL, 2017, p.53).

Nesse ponto outras questões precisam ficar claras. Primeiro, em relação à leitura básica da soteriologia defendida por Pelágio (c. 350–423), adversário de Agostinho (c. 354–430). O monge bretão defendia a possibilidade de salvação pela via ascética, moralista, inclusive pela observância da lei. A salvação nessa perspectiva possuiria uma ênfase humana. Ou seja:

Nega o pecado original, a corrupção da natureza humana, [...] e a necessidade da graça para a salvação. A menos que a vontade humana tenha o poder de obedecer à lei de Deus, argumenta Pelágio, não se pode sustentar que o homem tem o dever da obediência. (SCHÜLER, 2002, p. 360).

De todo modo, segundo registra Daniel (2017) os antigos pais da igreja não só defendiam uma abordagem sinergista como teriam sido os primeiros “a usarem o termo “graça preveniente” para se referir a essa graça preparatória” (DANIEL, 2017, p. 39). Entre os defensores da graça proveniente estariam: Clemente de Roma (c. 35-97), Tertuliano (c. 160-220), Cipriano de Cartago (c. 205-258), Arnóbio de Sica (c. 250?-330), Mário Vitorino (c. 300-370), Gregório de Nazianzo (c. 329-389) e mesmo Ambrósio (c. 340-397). Tomemos como exemplo o mais antigo dos pais apostólico da igreja, Clemente de Roma (c. 35–97). Dizia o bispo de Roma em sua primeira carta aos Coríntios:

Fixemos os olhos no sangue de Cristo e tomemos consciência de como ele é precioso para seu Pai, uma vez que foi derramado para nossa salvação e trouxe a graça do arrependimento para o mundo inteiro. Vamos repassar todas as gerações e observar que, de uma geração para outra, o Mestre “tem propiciado uma oportunidade de arrependimento” aos que estão dispostos a recorrer a ele. Noé pregou o arrependimento, e os que lhe deram ouvidos foram salvos. Jonas pregou a destruição aos ninivitas; e quando eles se haviam arrependido de seus pecados, conseguiram as boas graças de Deus mediante suas orações e obtiveram a salvação apesar do fato de não serem povo de Deus (CLEMENTE, 2017, p. 18-19).

Esse antigo bispo da antiga igreja que foi contemporâneo da primeira e segunda gerações de cristãos, deixa evidente em seus escritos não só a ideia de uma expiação ilimitada e uma profunda ênfase cristológica, mas certo “sinergismo” cristão primitivo onde o arrependimento era visto como uma operação da “graça do arrependimento”, ou graça suficiente e ainda, graça preveniente. Outra abordagem sinergista interessante se encontra em João

Crisóstomo (347–407), o grande pregador da igreja grega antiga. Aliás, o conceito de livre-arbítrio é extremamente utilizado pelo autor em suas preleções, dizia em certa ocasião:

Se quisermos permanecer firmes, estáveis e imóveis, não nos abalaremos. Ele o sugeriu com estas palavras. Como? Nada está no poder de Deus? Tudo está no poder de Deus, mas não de forma que lese nosso livre-arbítrio. Se, portanto, está no poder de Deus, por que nos atribui a culpa? Por isso foi dito: De sorte que não fique lesado nosso livre-arbítrio. Está, por conseguinte, em nosso poder e no dele. Devemos, pois, primeiro escolher o bem e quando tivermos escolhido introduz o que é seu (CRISÓSTOMO, 2014, p. 585).

Crisóstomo claramente advoga um sinergismo bíblico sob a perseverança dos santos, apontando uma questão que muito tempo após seria debatida nos termos do determinismo divino e liberdade humana, sobretudo, em relação à teodiceia. O autor está eliminando a possibilidade de Deus ser o autor do pecado, por isso a interrogação: “Se, portanto, está no poder de Deus, por que nos atribui a culpa?” (CRISÓSTOMO, 2014, p. 585). Não há espaço para apresentar outros exemplos, mas por representação, os autores citados são um bom indicativo de que a mecânica da salvação no contexto inicial da igreja, tratava-se mais de um monergismo condicional, do que um sinergismo pueril.

### **1.3 A doutrina da salvação da Idade Média à Reforma Protestante: a ênfase sacramental.**

Sabe-se que a abordagem agostiniana a partir do século V foi aquela que se tornou hegemônica na igreja. Logo, a interrogação é: como esse agostinianismo acabou recebendo um tratamento marginal durante a idade média? Para entender essa questão é preciso explorar mesmo que introdutoriamente o desenvolvimento dogmático no catolicismo medieval, sobretudo a partir das doutrinas dos sacramentos, da penitencia e do purgatório.

O que ocorreu foi que ao lado da doutrina agostiniana de depravação total, foi elaborada uma intrincada doutrina da graça operada nos sacramentos, por meio dos quais o ser humano poderia cooperar para alcançar a salvação (FERREIRA, 2013, p. 76). Se antes da Idade Média havia pouca preocupação com os sacramentos, a partir desse contexto a situação seria invertida. Ou seja,

por causa do renascimento teológico da Idade Média e o lugar privilegiado da igreja na sociedade se observou certa “pressão para que a igreja amparasse seus atos litúrgicos em bases intelectuais sólidas, consolidando os aspectos teóricos do culto religioso” (MCGRATH, 2005, 86). O corolário de tudo isso foi a importância teológica dos sacramentos.

É sabido, porém, que a via agostiniana ou escola agostiniana moderna foi responsável por reintroduzir o pensamento de Agostinho ainda na Baixa Idade Média. Isso ocorreu inicialmente na Inglaterra a partir do circuito universitário onde a leitura agostiniana foi recuperada, ganhando expressão com Thomas Bradwardine (1290–1349), crítico da “via moderna” nominalista cuja doutrina da salvação fora rotulada “como pelagiana” (MCGRATH, 2005, p. 72).

O pré-reformador John Wycliffe (1328–1384) deu continuidade ao movimento, mas, em razão do relativo isolamento das Ilhas britânicas, sobretudo com a “Guerra dos Cem Anos”, a via agostiniana moderna ganha outros rumos no continente sob a direção do monge agostiniano Gregório de Rimini (c. 1300–1358) a partir da Universidade de Paris. Nota-se, portanto, um contexto que nutriu os Reformadores que receberam uma direção agostiniana na soteriologia, como é possível observar nas seguintes declarações:

[...] ao final da Idade Média e na iminência da Reforma, havia uma corrente de pensamento cujo caráter era bastante agostiniano. De muitos modos, os reformadores de Wittenberg, com sua particular ênfase sobre os escritos antipelagianos de Agostinho, podem ser considerados como aqueles que redescobriram e revitalizaram essa tradição. (MCGRATH, 2005, p. 74).

A postura adotada por Gregório era “nominalista” no que tange as regras universais. Além de Gregório outros intelectuais não viam com bom gosto o idealismo de Tomás de Aquino, com isso o seu raciocínio acompanha os intelectuais do “caminho moderno”. A soteriologia desenvolvida por Gregório tinha a característica do ensino de Agostinho, a ênfase na graça, na depravação da humanidade, na justificação e na predestinação, sendo a salvação uma obra particular de Deus, sem intervenção humana. (MCGRATH, 2005, p. 73)

Nesse contexto de muitas especulações e descobertas de estudos e pensamentos aparece Guilherme de Occam (1285-1347), Em seus ensinamentos acerca da justificação, argumenta que a justificação é um processo de total aceitação de Deus, pensamento esse que era contrário ao de Tomás de Aquino

que afirmava que Deus era induzido a perdoar os pecadores por meio do ambiente da graça, isso se dava por meio de algo sobrenatural e intermediário que Deus infundia na alma do ser humano, o qual permitia que o pecador fosse absolvido. (MCGRATH, 2005, p. 82).

A partir da famosa “Navalha de Occam” ou o princípio da frugalidade que insistia na simplicidade da abordagem seja na teologia ou na filosofia, Occam rejeitou a leitura tomista de uma mediação da justificação por algo como um ambiente de graça. Essa abordagem abriu caminho para leituras mais pessoais da justificação como encontradas nos contextos da Reforma. No bojo dessa intensa produção teológica na Idade Média e paralelo aos temas citados acima, a doutrina dos sacramentos prosseguiu em linha de continuidade penetrando inclusive o pensamento dos reformadores.

O termo sacramento foi muito usado nos séculos III e IV por Tertuliano (160–220), Cipriano de Cartago (205–258) e Agostinho (354–430), tendo em vista que a igreja estava sofrendo perseguição e surgiu como estratégia para animar a igreja. Segundo Mcgrath (2005) o bispo de Hipona foi apontado como aquele que autenticou os sacramentos. Para agostinho os sacramentos são sinais quando relacionados às coisas divinas, sendo assim símbolos de algo sagrado.

É sabido que Lutero em 1520 fez um desafio à igreja católica romana, em seu tratado “O cativo babilônico da igreja”. Utilizando os estudos humanistas na área da filologia, ele questionou a tradução da vulgata latina que apoiava a doutrina católica romana dos sacramentos. A igreja católica romana arrolava em seus ensinamentos sete sacramentos, já para Lutero, somente três eram princípios norteadores: o batismo a eucaristia e a penitencia. No final de sua obra, Lutero concluiu baseado em dois princípios fundamentais; a Palavra de Deus e um sinal sacramental exterior, que haviam apenas dois sacramentos, o batismo e a eucaristia (MCGRATH, 2005, p.580).

A refutação à essa questão veio logo com o concílio de Trento, que defendeu a posição abordada por Pedro Lombardo (1100-1160) que sistematizou os sete sacramentos como dogma da igreja a ser reafirmada na contrarreforma. Os sete sacramentos são: batismo, confirmação ou crisma, eucaristia, penitencia, unção dos enfermos, ordem sacerdotal e o matrimônio. Conforme a decisão

absolutista de Trento, se alguém questionasse a doutrina católica romana dos sacramentos deveria ser condenado.

Outra questão importante dizia respeito à santidade dos sacramentos. Essa santidade seria independente da santidade dos ministrantes. A questão não era nova e remeteria à controvérsia donatista dos tempos de Agostinho. Interessante que essa interpretação onde “os méritos ou deméritos do sacerdote não tinham qualquer consequência sobre a eficácia da eucaristia” (MCGRATH, 2005, p.580) foi assumida tanto por católicos romanos quanto por protestantes.

Entretanto, o problema real ou principal diferença entre romanos e protestantes se deu em outra dimensão: a natureza dos sacramentos. Enquanto a interpretação romana enfatizava os sacramentos como causa da graça, os protestantes entendiam que eram apenas sinais da graça (MCGRATH, 2005, p.584). Mesmo assim, a resposta final de Trento procurou atenuar a questão registrando que os sacramentos conferem graça.

De todo modo, verifica-se que a soteriologia católica romana de fato imiscuiu a posição monergista de Agostinho a um sinergismo operado por meio dos sacramentos. Essa posição foi denominada pelos críticos protestantes como semipelagianismo. A perspectiva semipelagiana difere do arminianismo clássico pois defende uma queda parcial, ou seja, o arbítrio permaneceu inalterado mesmo após a queda (DANIEL, 2017, p.19). O termo semipelagianismo foi cunhado pelo calvinista Teodoro Beza em 1556 justamente para se referir à soteriologia católica romana como encontrada naquele contexto onde a doutrina dos sacramentos sugeria certa cooperação entre o homem e Deus por meio da prática sacramental.

#### *1.3.4 A doutrina da salvação na Reforma Protestante: entre o purgatório, a penitência e os sacramentos.*

Para entender com razoável clareza a soteriologia dos reformadores, nesse ponto será necessária certa digressão recuperando alguns temas relacionados ao tópico anterior. Em relação aos reformadores propriamente ditos, entende-se a necessidade de um recorte ou seleção, logo os nomes mais destacados serão; Martinho Lutero (1483–1546), Felipe Melanchthon, Ulrico Zuínglio (1484–1531) e João Calvino (1509–1564). Alguns nomes associados aparecerão, tais como;

Menno Simons (1496–1561), Teodoro Beza (1519–1605), e inevitavelmente pensadores medievais que nutriram os próprios reformadores.

Antes mesmo do período inicial da Reforma, muitos dogmas da igreja medieval já vinham sendo questionados. Parte disso se deveu ao espírito humanista e seu movimento *ad fontes*. Foi na esteira desse movimento que Erasmo de Roterdã (1466–1536), clérigo e pensador holandês publicou o Novo Testamento em grego, cujo empreendimento filológico conduziu intensas críticas à tradução da Bíblia autorizada pela igreja romana, a vulgata latina. Muitos erros crassos foram encontrados, inclusive aqueles que legitimavam importantes dogmas, como o dos sacramentos. Lutero, Zuínglio e Calvino seguiram os passos de Erasmo.

Não é sem razão que durante o percurso da reforma protestante as controvérsias soteriológicas foram intensas. Nas Alemanhas de Lutero isso foi particularmente intrigante desde a fase inicial da Reforma, sobretudo, com o desgaste do dogma da penitência em razão de sua intensa exploração. Isso significa que o *loci* teológico da salvação recebeu tratamento especial pelos reformadores.

Além das controvérsias relacionadas à doutrina dos sacramentos que apontava para certo sinergismo, a igreja católica romana medieval havia concatenado vários outros dogmas que de forma direta estavam relacionados à doutrina da salvação. Entre esses dogmas destacam-se; 1) a obrigatoriedade da penitência definida pelo Papa Inocêncio III sob o IV Concílio de Latrão; 2) a construção da doutrina do purgatório exatamente no contexto subsequente; 3) as indulgências.

Olhemos mais atentamente para a doutrina do purgatório. O medievalista Jacques Le Goff (1924–2014) que se aventurou a explorar “O nascimento do purgatório” concluiu que foi resultado de uma lenta construção nutrida por profundos e antigos imaginários, tanto do judaísmo quanto das crenças de outros povos antigos. Para o autor o purgatório primeiro surgiu como adjetivo ao longo do século XII, em seguida, ganhou forma como substantivo (LE GOFF, 2017, p. 12-13). Mesmo assim, somente adquiriu oficialidade no bojo da contrarreforma sob o Concílio de Trento em razão da rejeição do dogma pelos protestantes. A

base bíblica para o dogma do purgatório é inexistente senão um único texto destacado do segundo livro dos Macabeus (2 Mb 12:41-46) que aliás, não é admitido como canônico pelos protestantes.

No fundo, o historiador identifica que o dogma do purgatório foi resultado de uma mudança operada nos quadros do pensamento, sobretudo relacionado à noção de espacialidade, embora o autor deixe claro que oficialmente o dogma do purgatório não se refira a um lugar, mas a um estado (ibidem, p. 27). De todo modo, representou uma tentativa da igreja de controlar o além, “que chega até mesmo a uma divisão sobre o além entre ela e Deus” (ibidem, p. 10), uma manipulação imaginária do espaço-tempo, onde o purgatório se caracterizaria como uma zona ou fórum eclesiástico (ibidem, p. 26).

Nesse ponto, algo mais precisa ser dito em relação ao imaginário. O historiador ao abordar a lógica e a gênese do purgatório entendeu que primeiro estaria assentado na crença da imortalidade da alma e uma nova possibilidade de ocorrer algo entre a morte e a ressurreição. Além disso, baseia-se também na ideia de julgamento dos mortos que ganha uma nova dimensão nesse estado intermediário em razão de “um procedimento judiciário complexo de mitigação das penas” (LE GOFF, 2017, p. 16). Outro fator em que se baseou o dogma do purgatório diz respeito à ideia de responsabilidade individual, do livre-arbítrio.

Contudo, segundo Le Goff (2017, p. 27) o nascimento do purgatório não tem a ver somente com o imaginário, mas com “as relações entre crenças e sociedade” incluindo a economia, com uma nova fonte de lucro para a igreja medieval uma vez que mudanças estavam sendo operadas em uma sociedade pré-capitalista com maior circulação de moedas e o surgimento dos banqueiros. Afinal, a extensão da solidariedade dos vivos em relação aos mortos significava para a igreja não apenas poder espiritual, mas “financeiro de que se beneficiarão mais do que outros os irmãos das ordens mendicantes, propagandistas ardentes da nova crença” (LE GOFF, p. 26).

Ao examinar o estudo de Le Goff (2017) fica mais fácil entender os enfrentamentos dos protestantes em relação aos dogmas da igreja medieval e conseqüentemente algumas ênfases dadas por Lutero, Calvino e outros reformadores, sobretudo em relação ao *loci* teológico da salvação. Fica evidente

a razão pela qual Lutero fez da justificação pela fé seu principal ponto doutrinário, também fica mais claro a descentração da igreja para as Escrituras além das tensões envolvendo a ideia de livre-arbítrio em Gabriel Biel (1418–1495), no Luteranismo, calvinismo e arminianismo. Muitas dessas questões foram debatidas no calor do momento, muitas delas aparentemente ficaram mal resolvidas, como a tensão entre liberdade humana e soberania de Deus, entre abordagens sinergistas e monergistas.

A própria ortodoxia luterana foi amplamente debatida quanto ao *loci* teológico da salvação encontrando certo consenso apenas com a “Fórmula de Concórdia de 1577, que pôs um ponto final a várias divergências teológicas entre os luteranos após a morte de Lutero” (DANIEL, 2017, p. 182-183). As disputas encerradas com a “Fórmula de Concórdia” incluía as tensões entre as posições sinergistas e monergistas no luteranismo.

Aliás, o termo sinergismo teria sido elaborado no contexto posterior à morte de Calvino sob orientação do supralapsarianismo de Beza para classificar pejorativamente a soteriologia dos alcunhados filipistas, leais seguidores dos ensinamentos do reformador de primeira geração e cofundador do luteranismo Felipe Melancthon (DANIEL, 2017, p. 19). Lutero de fato era um teólogo bíblico. Isso significa duas coisas: foi professor de exegese na Universidade de Wittenberg, mas sobretudo, atuou na contramão do currículo básico da escolástica operando um movimento deslocamento da teologia para o texto das Escrituras (GEORGE, 1993, p. 58). Contudo, insiste George (1993) os temas teológicos encontrados nos diversos gêneros do *corpus* luterano devem ser encarados à luz das preocupações pastorais do reformador.

Para entender a soteriologia de Lutero, além dos fenômenos já mencionados é preciso atentar para o indivíduo chamado Lutero, aliás, essa é a conclusão de outro importante intelectual francês, o historiador Lucien Febvre. A análise psicanalítica de Febvre olha com atenção para as sensibilidades do reformador, desvela as influências sobre sua personalidade, que inclui sua base teológica, sobretudo o agostiniano, o ockhamismo filtrado por Gabriel Biel (1418–1495).

Na leitura de Febvre (2012) a teologia de Biel possuía duas ideias aparentemente contraditórias: uma apropriada de Guilherme de Ockham (1285–1347) e outra ligeiramente sua. A primeira dizia respeito à abrangência da queda que teria afetado apenas as partes inferiores da alma preservando quase intacta a razão e vontade. Isso significaria que os seres humanos poderiam fazer o bem agindo conforme a lei. A vontade humana preservada poderia também ouvir a razão e se inclinar para Deus amando-o sobre todas as coisas. Essa expressão de amor criaria disposição no homem para obter graça e consequente remissão dos pecados (FEBVRE, 2012, p. 61).

A segunda ideia de Biel que aparentemente contradizia à primeira, vinculada ao ockhamismo, dizia respeito à soberania de Deus entendida como absoluta, “sem marcos nem limitações, extensivos ao arbitrário” (FEBVRE, 2012, p. 61). Segue, portanto, um pensamento intrigante. As leis morais derivam tão somente da vontade de Deus. Os pecados são confirmados assim e não como coisas boas simplesmente porque Deus o quis. Assim, se a vontade de Deus quisesse o oposto, assim também seria, ou seja, o homicídio, o roubo a mentira e até mesmo a blasfêmia poderiam se tornar ações meritórias, caso Deus assim o quisesse. Deus pode recusar ou não as ações humanas, para isso basta que ele deseje. Em suma, tem-se certo determinismo divino, a dupla eleição.

Agora fica ainda mais evidente as sensibilidades do reformador, suas lutas pessoais, seus medos, suas dúvidas e ao mesmo tempo sua teologia da imputação da justiça de Cristo, algo definitivamente vinculado à vontade soberana de Deus e à obra perfeita de Cristo em detrimento dos méritos do pecador. Lutero queria ser salvo, e conforme lembra González (2004, p. 31) também alimentou “uma dolorosa dúvida de que os meios de salvação oferecidos pela igreja fossem de fato válidos”. Conclui o autor: “e esta é a primeira indicação que nós temos de que ele se permitiu duvidar da doutrina da salvação de seu tempo” (GONZÁLEZ, 2004, p. 31).

De fato, entende George (1993) que Lutero, Zuínglio e Calvino são representantes da linha principal da Reforma protestante, responsáveis pela “aguda agostinianização do cristianismo” (GEORGE, 1993, p. 76). Entretanto, o próprio Lutero acabou rompendo “com o modelo agostiniano de distribuição progressiva da graça”. Para o reformador, a justificação não se dá mediante um

processo onde Deus torna o ser humano gradualmente justo, mas em um só ato baseado no sacrifício expiatório de Cristo o pecador é declarado justo (*ibidem*, 1993, p. 75-76). Entende-se aqui de forma translúcida a síntese luterana operada entre Guilherme de Ockam e Gabriel Biel (1418–1495). Além disso, explica razoavelmente a tolerância de Lutero para com o sinergismo de seu amigo Felipe Melancthon (1497–1560). De todo modo, após a síntese que Lutero operou, em questão de poucos meses as teses de Lutero já estavam sendo lidas por toda a Europa (OLSON, 2021, p. 380).

Enquanto isso nos cantões suíços onde atuava Zuínglio, tensões inimagináveis foram se desdobrando. A radicalidade do princípio *Sola Escriptura* associado a fenômenos sociais e ao imaginário milenarista acabou produzindo a Reforma Radical (SOUSA NETO, 2021, p. 33). Enquanto Zuínglio afirmava um monergismo rígido, parte dos reformadores radicais, mesmo o pacífico e respeitado Menno Simons (1496-1561) subscrevia certo sinergismo, embora “sua visão da mecânica da Salvação era mais semipelagiana do que propriamente arminiana” (DANIEL, 2017, p. 203). Inusitadamente é possível creditar as origens tanto da tradição reformada quanto da reforma radical ao reformador de Zurique.

As contribuições de Zuínglio foram relevantes acerca da doutrina da salvação, sobretudo por causa de sua extensão à cidade de Genebra sob a atuação enérgica de João Calvino. Suas observações no que diz respeito à providencia e à predestinação são particularmente intrigantes. Conforme registra González (2004) o reformador suíço entendia que tudo o que existe é obra das mãos de um Deus soberano e que mesmo a queda do homem no jardim e a rebelião de satanás não estavam fora do controle de Deus. Tudo estaria contido na plena vontade de Deus. Há aqui a defesa de uma dupla predestinação ao modo da segunda ideia já mencionada de Gabriel Biel (1418–1495).

A justificativa para todos esses eventos foi o desejo de Deus em se revelar, manifestando seu amor, fidelidade e justiça, assim passamos a conhecer sua verdadeira natureza. Tais ideias levam Zuínglio a refutar o fundamento da salvação por meios das obras, qualquer leitura sinergista, sugerindo ainda certo determinismo. Conforme González (2004, p. 75): “Com base nesta doutrina da predestinação, Zuínglio pode facilmente refutar toda a tentativa de fundamentar a

salvação em obras”, ou seja, “Salvação é o resultado da eleição divina e não de qualquer esforço de nossa parte” (*ibidem*, p. 75).

Zuínglio talvez poderia ter deixado maior legado não fosse sua morte precoce no campo de batalha em 1531 com cerca de 47 anos de idade, cinco anos antes da primeira edição das Institutas de Calvino. Este, de fato ofuscou seu antecessor se tornando o grande teólogo da tradição reformada. Por essa razão e por causa dos embates com o arminianismo, a doutrina da salvação em João Calvino receberá maior atenção em outro trabalho. Mesmo assim, registra-se na sequência algumas considerações.

### 1.3.5 A doutrina da salvação em João Calvino

Examinaremos a seguir de forma introdutória, a leitura de João Calvino (1509–1564) sobre a salvação. Conforme registra Sousa Neto (2021) a gênese da tradição reformada pode ser localizada em Zuínglio, contudo, João Calvino deu “sequência à proposta de Zurique, dessa vez com contornos próprios a partir de Genebra” (SOUSA NETO, 2021, p. 11).

Enquanto os pilares da reforma protestante estavam sendo colocados, seus principais atores se empenharam em autenticar suas ideias, isso se deu em um contexto de intensas disputas políticas com a formação dos Estados nacionais europeus. Essa condição refletiu diretamente nos embates teológicos do período, pois naquele contexto religião e Estado eram intimamente relacionados.

Diante disso nem mesmo Reformadores de primeira geração conseguiram manter certo consenso. Esse foi o caso de Lutero e Zuínglio. Esse, último rompeu “com a reforma luterana ao discordar sobre a questão da ceia do Senhor. Zuínglio insistia no simbolismo enquanto Lutero na Consubstanciação. Estava inaugurada a tradição reformada” (SOUSA NETO, 2021, p. 33).

Os contornos geopolíticos da reforma começaram desde cedo a se delinearem. Enquanto a influência de Lutero foi mais notada no Norte da Alemanha, a autoridade de Zuínglio se fortaleceu na Suíça e Sul da Alemanha. Houve uma tentativa de reunir as duas vertentes do protestantismo, porém, o esforço acabou malgrado em 1549. O Consenso de Zurique foi construído por

diversos líderes alemães do Sul, alguns suíços que sucederam Zuínglio em Zurique e João Calvino que era líder da reforma na Genebra (GONZÁLEZ, 2004).

De todo modo, Calvino acabou eclipsando o fundador da tradição reformada Ulrico Zuínglio (1484–1531) e talvez, o próprio Lutero. Entre outras coisas, isso ocorreu em razão de sua envergadura teológica, formação humanista e energia dispensada para tornar Genebra uma espécie de capital protestante e centro difusor da fé reformada. De certa forma Calvino também imprimiu sua personalidade à teologia reformada. Não é sem razão que Karl Barth proferiu essas impactantes declarações sobre o reformador:

Calvino é uma catarata, uma floresta primitiva, um poder demoníaco, algo diretamente do Himalaia, absolutamente chinês, estranho, mitológico; me faltam completamente os meios, as ventosas, até mesmo para assimilar esse fenômeno, para não falar de apresentá-lo adequadamente, o que recebo é apenas um pequeno riacho e o que posso então distribuir novamente é apenas um extrato ainda mais fino desse pequeno fluxo. Eu poderia me estabelecer com prazer e lucratividade e passar o resto da minha vida apenas com Calvino. (Tradução nossa) (BARTH, 1964, p. 101).

Calvino nasceu em Noyon na França por volta de 1509 e foi conduzido por seu pai à vida religiosa e aos estudos. Conforme Cairns (1995, p. 252), sua experiência como estudante foi precoce tendo sido inserido nos espaços do saber aos dez anos de idade. “Aos 14 anos de idade, o jovem de Noyon já se encontrava em Paris recebendo educação formal no mesmo lugar onde estudou Erasmo de Roterdã” (SOUSA NETO, 2021, p. 27).

Segundo González (2004) Calvino se relacionou com o humanismo bem cedo, afinal recebeu instrução em Paris e em Basileia dois grandes centros humanistas daquele tempo. Seu primeiro livro não era amador, pelo contrário, “apesar de ter sido um fracasso editorial, a obra assinalava a precoce erudição do autor e apontava para o que estaria por vir” (SOUSA NETO, 2021, p. 28). Tratava-se de um comentário à obra de Sêneca “Sobre a Clemência”, publicada em 1532 aos 23 anos de idade.

Essa obra germinal assinala seu profundo interesse pelo estoicismo. Daniel (2017, p. 240) dirá que as raízes de seu determinismo teológico estariam assentadas justamente do determinismo filosófico dos estoicos, na leitura do livro de Lutero “A escravidão da vontade” e nos escritos de Martin Bucer (1491–1551).

O próprio Armínio (2015) no calor dos debates ocorridos na Holanda chegou as mesmas conclusões sugerindo que o supralapsarianismo de Calvino era de matriz estoica, justamente por causa dos decretos de Deus anteriores à queda, algo que na visão de Armínio significaria atribuir a Deus a origem do pecado.

Um contraponto importante precisa ser apresentado aqui. O suposto determinismo de Calvino teria relação com a ênfase teológica na soberania e na glória de Deus. Diante da soteriologia de fato semipelagiana esposada por parte expressiva da igreja medieval e por causa de sua posição singular em Genebra Calvino foi enfático em afirmar as ideias agostinianas sobre a salvação. Diante da questão inquietante sobre o problema do mal, registra Timothy George (1993) sobre a hermenêutica do reformador:

Calvino chamou o método de Deus governar o universo de “abismo” — um abismo que devemos reverentemente adorar, em vez de tentar curiosamente penetrá-lo (Inst. I, XVII, 2). Com toda sua reputação de teólogo de lógica rigorosa, Calvino preferiu viver com o mistério e a incoerência de lógica a violar os limites da revelação ou imputar culpa ao Deus que as Escrituras retratam como infinitamente sábio, completamente amoroso e absolutamente justo. (GEORGE, 1993, p. 209).

Inegavelmente o reformador João Calvino foi uma figura emblemática. Sua atuação como pastor, teólogo, homem público, professor e gestor de um programa extraordinário de difusão das ideias reformadas requer maior atenção. Devido a proposta deste trabalho, ofereceremos apenas um resumo sobre os impactos de Calvino sobre o protestantismo além de elencar alguns pontos fundamentais de sua obra. O teólogo reformado Franklin Ferreira (2013) apresenta um esboço preliminar muito útil. Segundo ele:

Calvino foi importantíssimo para a Reforma por várias razões: pela ênfase que deu à autoridade e à primazia das Escrituras (*sola Scriptura*); e ao método histórico-gramatical de interpretação bíblica; por sua preocupação com a estrutura da igreja visível, definida pela pregação das Escrituras e correta administração dos sacramentos; pela transformação que proporcionou a Genebra, que se tornou o modelo de uma república cristã para toda Europa; e, principalmente, por sua vasta contribuição literária. (FERREIRA, 2013, p.165).

Em relação à teologia reformada de base calvinista a doutrina da salvação pode ser sintetizada da seguinte forma: “Na eternidade passada, Deus escolheu um certo número de criaturas caídas para serem reconciliadas com ele mesmo.

No tempo oportuno, Cristo veio para salvar os escolhidos. O Espírito Santo ilumina os eleitos para que possam crer no Evangelho e receber a salvação” (HOUSE, 2000, p. 14). Essas declarações se relacionam com a chamada *ordo salutis*, expressão latina que significa em tradução livre, “ordem da salvação”, termo utilizado para se referir ao “processo pelo qual a obra de salvação, realizada em Cristo, é concretizada subjetivamente nos corações e vidas dos pecadores” (BERKHOF, 2012, p. 383).

Grosso modo, a *ordo salutis* no calvinismo pode ser apresentada da seguinte forma: eleição, o chamado do evangelho, regeneração, conversão (fé e arrependimento), justificação, adoção, santificação, perseverança, morte e glorificação (GRUDEM, 1999, p. 559-560). Essa ordem também é expressa ou resumida “nos Cinco Pontos do Calvinismo: Depravação Total, Eleição Incondicional, Expição Limitada, Graça Irresistível e Perseverança dos Santos (as iniciais em inglês formam a palavra TULIP). (HOUSE, 2000, p. 14). Certamente há algumas variações na *ordo salutis* não deve ser assumida em perspectiva cronológica tão pouco etapista ou separada.

Por exemplo, a lista registrada por Wayne Grudem (1999) é extensa incluindo nela a morte. Berkhof (2012) apresenta outra, qual seja: vocação, regeneração, conversão (incluindo arrependimento e fé), justificação, santificação, perseverança e glorificação. Hoekema (2011, p. 29) exclui a vocação e a glorificação, alegando que o chamado precede o processo de salvação e a glorificação possui dimensão escatológica. De todo modo, algumas recomendações do autor são bastante úteis:

Devemos, assim, pensar, não numa ordem de salvação com passos ou estágios sucessivos, mas, antes, numa só obra maravilhosa da graça de Deus - um caminho de salvação - dentro do qual distinguimos diversos aspectos. Esses aspectos, entretanto, não são todos do mesmo tipo; e não devem, portanto, ser colocados na mesma categoria. [...]  
Resumindo, as diversas fases do caminho da salvação não devem ser vistas como uma série de passos sucessivos, cada qual tomando o lugar do anterior, mas, antes, como aspectos simultâneos do processo da salvação, os quais, depois de iniciados, continuam lado a lado. (HOEKEMA, 2011, p. 28).

Sobre a importância da eleição na *ordo salutis* encontrada em Calvino, registra-se também o que se subtende como a dupla eleição. A título de exemplo,

as declarações originais do próprio Calvino clarificam logicamente o que pensava o reformador, pois em resposta ao assim chamados sinergistas dizia:

Mas não é preciso que nos preocupemos com o que eles pensam a respeito, desde que entendamos o que o apóstolo quis dizer, a saber, que só obterá a salvação aquele a quem Deus tenha ministrado a Sua misericórdia; e que a ruína e a confusão estão preparadas para todos aqueles que Ele não tenha escolhido. O apóstolo demonstrou a condição dos reprovados citando o exemplo do faraó, e provou a eleição gratuita dos fiéis citando o testemunho de Moisés, na passagem em que Deus diz: “Terei misericórdia de quem eu tiver misericórdia”. E então conclui que “não depende de quem quer ou de quem corre, mas de usar Deus a sua misericórdia” (CALVINO, 2002, p. 165).

Decorre, portanto, que em ordem lógica, a eleição seria o ponto de partida para compreensão da doutrina da salvação em João Calvino (2002), o princípio da *ordo salutis*. Obviamente a complexidade e volume da produção teológica do reformador não pode ser considerada nessas poucas linhas. Em momento adequado isso será retomado, sobretudo considerando as posições aparentemente mais antagônicas verificadas no arminianismo de tradição wesleyana e pentecostal.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta fundamental do presente trabalho foi explorar parte das representações encontradas ao longo da história da igreja sobre o tema teológico da salvação. Registra-se a consciência que tudo foi realizado considerando as limitações dos autores e as tensões relacionadas ao tema, logo, não se pretendeu aqui resolver as controvérsias soteriológicas persistentes. Admite-se, portanto, uma abordagem não conclusiva ou exaustiva sobre o tema. Essa não foi a intenção nem o objeto da pesquisa. De fato, o objeto construído diz respeito a possibilidade de algum consenso entre as abordagens soteriológicas encontradas na tarefa teológica, sobretudo aquelas que orbitam as leituras aparentemente sinergista e monergista.

Isso conduziu à pergunta problema que foi apresentada da seguinte forma: ao inventariar a doutrina da salvação nos recortes observados é possível reconhecer algum consenso? Ao propor uma hipótese provisória a pretensão era romper com algumas obviedades que permeiam as tensões entre abordagens monergistas e sinergistas.

Logo, a hipótese provisória fora apresentada assim: durante a longa história da Igreja e do pensamento teológico cristão as representações sobre a doutrina da salvação jamais assumiram um único paradigma, mesmo assim, é possível observar pontos coincidentes, ou seja, o principal ponto de intersecção é a origem da salvação: Deus. Outro ponto de intersecção diz respeito à realidade da queda do pecado original e, portanto, à depravação total.

Com a finalidade de construção do objeto de pesquisa alguns objetivos foram propostos: apresentar uma visão panorâmica da doutrina da salvação nos primeiros tempos da igreja, nos contextos da Idade Média e na Reforma Protestante. Sendo assim, entende-se que os objetivos propostos foram razoavelmente alcançados permitindo confirmar razoavelmente a hipótese apresentada. Registra-se, no entanto, algumas breves considerações, quais sejam; mesmo não havendo certo consenso geral sobre o tema da salvação, observa-se certas confluências que por sinal permitem uma aproximação e identificação comum como cristãos.

Além disso, percebe-se que tanto uma guinada para um “monergismo radical” quanto para uma leitura semipelagiana se percebeu no período pós Agostinho, ou seja, da antiguidade tardia à idade média. Uma retomada monergista na pré-modernidade se deu por vias de uma inclinação humanista *ad fontes*, na revisitação das doutrinas da graça como entendidas pelo bispo de Hipona.

Outro ponto interessante diz respeito ao suposto sinergismo arminiano que aliás, não foi discutido. No entanto, como ficou evidente, leituras sinergistas, ou melhor “monergistas condicionais” sempre foram encontradas nos *insights* teológicos ao longo da história da igreja. Certamente uma perspectiva semipelagiana pode ser encontrada, sobretudo, na ênfase dada à doutrina dos sacramentos que aliás, de algum modo permaneceu no protestantismo por meio da doutrina dos meios da graça, mesmo não admitindo o pejo sinergista.

Também foi possível perceber que as leituras relacionadas à soteriologia católica romana no bojo da Idade Média recebeu um tratamento mediado por pensadores fora de sua tradição. Embora a doutrina da salvação no pentecostalismo não fora tangenciada, suspeita-se que a posição da soteriologia pentecostal embora não sinergista, possa também dialogar com a leitura católica romana, considerando, por exemplo, uma abordagem não determinista no que diz respeito ao indivíduo e uma abordagem próxima relacionada à doutrina da igreja como o lugar da eleição. Esse é um ponto intrigante e que deverá receber melhor atenção em trabalhos posteriores.

## REFERÊNCIAS

BARTH, Karl; THURNEYSEN, Eduard. **Revolutionary Theology in the making: Barth–Thurneysen Correspondence, 1914-1925.** Trad. James. D. Smart. Richmond: John Knox Press, 1964. Disponível em: <https://bit.ly/3zlj26B>. Acesso em: 14 de fev. 2022.

BAVINCK, Herman. **Dogmática reformada - O pecado e a salvação em Cristo.** Trad. Vagner Barbosa. São Paulo: Cultura Cristã, 2012.

BERKHOF, Louis. **Teologia Sistemática**. Trad. Odayr Olivetti. 4.ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2012

BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**. Trad. João Ferreira de Almeida. Revista e Atualizada no Brasil. 2. ed. Barueri, 1993.

CAIRNS, Earle E. **O cristianismo através dos séculos**: uma história da Igreja cristã. Trad. Israel Belo de Azevedo. 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 1995.

CALVINO, João. **As institutas da religião cristã**: edição especial para estudo e pesquisa. v.1. Trad. Odayr Olivetti. São Paulo: Cultura Cristã, 2002.

CLEMENTE, et al. **A carta da igreja de Roma à igreja de Corinto, comumente denominada Primeira carta de Clemente**. In: Pais Apostólicos. Trad. Almiro Pisseta. São Paulo: Mundo Cristão, 2017.

DANIEL, Silas. **Arminianismo – a mecânica da salvação**: uma exposição histórica doutrinária e exegética sobre a graça de Deus e a responsabilidade humana. Rio de Janeiro: CPAD, 2017.

ERICKSON, J. Millard. **Introdução à Teologia Sistemática**. São Paulo: Vida Nova, 1997.

FEBVRE, Lucien. **Martinho Lutero, um destino**. Trad; Dorothee de Bruchard. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

FEBVRE, Lucien. **O problema da incredulidade do século XVI**: a religião de Rabelais. Trad. Maria Lúcia Machado e José Eduardo dos Santos Lohner. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FERREIRA, Franklin. **A igreja cristã na história**: das origens aos dias atuais. São Paulo: Vida Nova, 2013.

GEORGE, Timothy. **Teologia dos reformadores**. Trad. Gérson Dudus e Valéria Fontana. São Paulo: Vida Nova, 1993.

GONZÁLEZ, Justo, L. **Uma História do pensamento Cristão**, Da reforma protestante ao século 20, vol. 3. São Paulo SP, Cultura Cristã, 2004.

GRUDEM, Wayne. **Teologia Sistemática**. São Paulo: Vida Nova, 1999.

HOEKEMA, Antony. **Salvos pela graça**. Trad. Wadislau Gomes. São Paulo: Cultura Cristã, 2011.

HOUSE, H. Wayne. **Teologia cristã em quadros**. Trad. Alderi S. de Matos. São Paulo: Vida, 2000.

LE GOFF, Jacques. **O nascimento do purgatório**. Trad. Maria Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2017.

LLOYD-JONES, D. M. **Discernindo os tempos**: Palestras proferidas em várias ocasiões 1942-1977. Trad. Odayr Olivetti. São Paulo: PES, 1994.

MCGRATH, Alister E. **Teologia Sistemática, histórica e filosófica**: uma introdução a teologia cristã. Trad. Marisa K. A. de Siqueira Lopes. São Paulo: Shedd Publicações, 2005.

MESHBERGER, F. L. **An interpretation of Michelangelo's Creation of Adam based on neuroanatomy**. JAMA: The Journal of the American Medical Association, 264(14), 1837–1841. Disponível em: <https://bit.ly/39AhfG4>. Acesso em 10/06/2022.

OLIVEIRA, Jamerson. **Arminianismo Puro e Simples**: uma introdução histórica teológica. Rio de Janeiro: CPAD, 2018.

OLSON, E. Roger. **Cristianismo falsificado**: a persistência de erros históricos na igreja. Trad. Luís Aron de Macedo. Rio de Janeiro: CPAD, 2021.

SCHÜLER, Arnaldo. **Dicionário enciclopédico de teologia**. Canoas: Editora. ULBRA. 2002.

SOUSA NETO, Fábio de. **História da igreja II**: história da igreja reformada, contemporânea e do movimento pentecostal. Goiânia: Fasseb, 2021a.

WITT, John de R. **O sínodo de Dort**. Fonte: Jornal os puritanos (Ano III – No. 2 – Março/Abril – 1995), pp. 27-30.